



# Pedidos de reforma dos funcionários em mobilidade especial devem ter prioridade

**Função Pública**  
Raquel Martins

**Estudo recomenda que a Caixa Geral de Aposentações (CGA) dê prioridade ao pessoal em mobilidade especial**

O Governo vai dar indicações à Caixa Geral de Aposentações para que dê prioridade aos pedidos de reforma entregues por funcionários públicos que estão na mobilidade especial (um sistema onde são colocados os trabalhadores dispensados dos serviços e que ficam à espera de recolocação recebendo apenas uma parte do salário, também conhecido como quadros de excedentes). A recomendação é feita pela Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), na sequência das entrevistas feitas a trabalhadores 130 dos 1054 trabalhadores que estão no quadro de excedentes.

O INA concluiu que estes funcionários esperam “muito tempo pelo deferimento dos pedidos de aposentação” e considera que é necessário clarificar a situação destes trabalhadores, por isso recomenda que a CGA lhes dê uma atenção especial.

Esta recomendação surge uma semana depois de o secretário de Estado da Administração Pública ter referido que “os trabalhadores não podem estar cinco ou 10 anos na mobilidade especial”. “Tem que se encontrar soluções para os retirar dessa situação. Recolocando as pessoas e temos que dar oportunidade a quem não quer voltar ao trabalho de redefinir a sua vida”, frisou Hélder Rosalino, sem confirmar se haverá um limite temporal à permanência no quadro de excedentes.

Além disso, recomenda-se ainda que os trabalhadores sejam esclarecidos das condições de aposentação, para ultrapassar “o total desconhecimento por parte de muitos trabalhadores sobre as possibilidades de aposentação”.

No relatório que avalia o sistema integrado de gestão da mobilidade especial, o INA reconhece que a mobilidade especial “tem revelado um sucesso limitado”.

“Efectivamente, apenas 40,3% de todos os trabalhadores colocados em Sistema de Mobilidade Especial (SME) já deixaram esta situação e destes, a maioria fê-lo por aposentação”, refere o documento a que o



**Hélder Rosalino quer mudanças na mobilidade especial**

PÚBLICO teve acesso. Além disso, acrescenta ainda o INA, passados mais de seis anos sobre a entrada em vigor do regime “pouco mais de 15% dos trabalhadores colocados nesta situação reiniciaram funções com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”, enquanto “um número substancial de trabalhadores em SME já se encontra nesta situação há mais de cinco anos”.

Na prática, nem quem quer reiniciar funções o consegue fazer facilmente, nem quem quer sair o pode fazer rapidamente. O relatório alerta ainda para um outro problema – por diversas vezes referido pelos sindicatos e pelos trabalhadores em mobilidade –, os “preconceitos dos serviços em aceitar o seu reinício de funções” e a desmotivação, o que leva alguns trabalhadores a faltarem aos concursos de recrutamento.

Na prática, conclui-se no relatório, é necessário agilizar o processo de recolocação das pessoas, nomeadamente possibilitando a colocação sem ser por concurso, permitir que os trabalhadores mudem de carreira ou que possam reiniciar funções fora dos concelhos onde estão registados. Pretende ainda proibir-se que o pessoal na mobilidade há mais tempo possa desempenhar actividade profissional remunerada para incentivar o reinício de funções.

O INA detectou ainda que não há um conhecimento sistematizado das necessidades de recursos humanos e recomenda que todos os serviços lhe façam chegar os lugares que têm vagos.

Estas recomendações surgem depois de 36% dos 130 trabalhadores entrevistados terem respondido que não estão disponíveis para voltar a trabalhar no Estado.